

ECONOMIA

Malan: país volta a crescer em 99

Ministro diz que ajuda financeira internacional e reformas vão evitar recessão mais intensa

Sergio Fadul

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que o acordo a ser assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), previsto para sair nas próximas semanas, irá fortalecer o Brasil e permitirá a retomada do crescimento da economia ainda em 1999. No entanto, o ministro ressaltou que essa reação positiva da economia brasileira depende ainda da aprovação, pelo Congresso, do pacote de ajuste fiscal, que prevê cortes de gastos e aumento de impostos num total de R\$ 28,8 bilhões.

— O apoio internacional recebido pelo Brasil é uma expressão de confiança no país e na determinação do Governo, com apoio do Congresso, em implementar o Programa de Estabilidade Fiscal. A combinação de ambos, apoio externo e apoio interno ao Governo, permitirá ao Brasil retomar o crescimento ainda em 1999 — afirmou o ministro.

A retomada do crescimento, contudo, só deverá ocorrer a partir do segundo semestre do próximo ano. Economistas, empresas de consultorias e até mesmo o próprio Governo prevêem forte desaceleração da economia até março de 1999. De abril em diante, dependendo do ritmo de redução das taxas de juros, a atividade econômica deve se estabilizar para, em seguida, voltar a crescer.

No Programa de Estabilidade Fiscal, o Governo previu uma redução de 1% no Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

A contribuição da ajuda internacional ao crescimento, porém, é quase unanimidade entre os que acompanham o desempenho da economia nacional. O dinheiro de FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (Bird) e dos países ricos dará suporte às reservas brasileiras e permitirá uma redução mas rápida das taxas de juros. Com isso, a produção será retomada e o desemprego, que hoje passa dos 7,5%, tende a diminuir.

José Márcio Camargo aposta em juros entre 25% e 27% em dezembro

O economista José Márcio Camargo, professor da PUC e analista da Tendências Consultores, afirma que a formalização do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai viabilizar uma redução significativa da taxa de juros até dezembro:

— Com a assinatura do acordo, os juros podem ser reduzidos para 35% anuais até novembro e, com a entrada dos primeiros recursos, os juros devem chegar a uma faixa entre 25% e 27% no fim de dezembro — afirmou o economista.

José Márcio diz que o Brasil tem “gordura” para reduzir os juros para 25% já nas próximas semanas. O argumento é o seguinte: uma vez fechado o acordo com o FMI, juros de 25% ao ano evitariam o risco de uma fuga de capitais — já que a taxa continuaria sendo uma das mais altas do mundo. Ao mesmo tempo, a redução da taxa aliviaria, ainda que parcialmente, o peso dos juros na dívida pública.

— Menos do que 25%, agora, poderia complicar a situação de entrada dos recursos. Por isso, a partir desse piso, a redução será mais lenta — afirma Camargo.

O próprio Fundo Monetário Internacional trabalha com um cenário de aceleração do ritmo de queda de juros nos próximos meses e no ano que vem. Segundo o vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, ao fim de 1999 as taxas deverão estar abaixo de 20% ao ano.

— Esperamos que as taxas de juros



O MINISTRO Pedro Malan: “A combinação do apoio externo e interno ao Governo permitirá ao Brasil retomar o crescimento ainda em 1999”

NAS MESA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

QUEM É QUEM NAS NEGOCIAÇÕES

• **MURILO PORTUGAL:** Ex-secretário do Tesouro Nacional, hoje é delegado do Brasil no Banco Mundial. Um dos primeiros a articular o acordo com os organismos internacionais, foi designado representante do Brasil no FMI.

• **GUSTAVO FRANCO:** Presidente do Banco Central, esteve em Washington no fim da semana passada, para fechar a carta de intenções do Governo brasileiro, visando à formalização do acordo. Foi um dos que mais resistiram à negociação com os organismos internacionais, mas voltou

atrás quando as reservas cambiais começaram a cair vertiginosamente.

• **AMAURY BIER:** É o principal representante do Ministério da Fazenda nas negociações com o FMI. Economista e chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, na época do então ministro Antônio Kandir, hoje é o secretário de Política Econômica.

• **MARCOS CARAMURU:** Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e diplomata de carreira. Ex-diretor do Banco Mundial, é aproveitado ao

máximo pela equipe econômica hoje, devido aos contatos que fez ao longo de sua carreira no exterior.

• **ALTAMIR LOPES:** Chefe do Departamento Econômico do Banco Central, foi o responsável pela apresentação de dados numéricos nas discussões com os técnicos do Fundo, como o desempenho das contas públicas. A metodologia utilizada pelo BC é semelhante à adotada pelo Fundo. As informações levam em consideração não apenas o desempenho do Governo federal, mas também de estados, municípios e estatais.

• **DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO:** Diretor da Assuntos Internacionais do Banco Central, tem papel importante nas discussões com investidores internacionais e, assim como Gustavo Franco, com representantes dos bancos centrais dos países ricos.

• **PEDRO PARENTE:** Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, foi um dos primeiros a dar a início às negociações, em Washington. Ele deixou essa incumbência a cargo de Amaury Bier, para ajudar na aprovação do ajuste fiscal no Congresso.

do com o Fundo, serão postos à disposição do Brasil US\$ 41,5 bilhões nos próximos três anos, dos quais pelo menos US\$ 37 bilhões nos primeiros 12 meses. Além do FMI, também participam da operação de ajuda financeira 20 países, coordenados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, o banco central dos bancos centrais), além de Bird e BID. A primeira parcela, entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões, será liberada assim que a direção do FMI aprovar a carta de intenções encaminhada pelo Brasil na sexta-feira passada.

Ministro afirma que dinheiro do pacote de ajuda não será usado

Malan informou que esta primeira parcela da ajuda financeira internacional será incorporada às reservas cambiais brasileiras. As outras parcelas, que serão liberadas mediante a avaliação dos técnicos do Fundo, poderão ser usadas para fazer frente aos compromissos internacionais do Brasil que vencem em 1999. Pelas contas de Malan, do total de US\$ 60 bilhões a vencer no próximo ano, o país já teria garantidos US\$ 41 bilhões, em investimentos diretos e financiamentos a importações. Faltariam, então, cerca de US\$ 19 bilhões. O ministro reafirmou ontem, porém, que confia na recuperação da credibilidade do país e que o dinheiro do pacote de ajuda não será usado, pois a retomada da confiança dos investidores fará com que o fluxo de capitais volte ao Brasil.

O déficit público crescente tem sido apontado pela comunidade financeira internacional como a causa principal da fragilidade da economia brasileira. Nos últimos anos houve uma notável deterioração do resultado primário (receitas menos despesas, excluindo juros) o que, combinada com altas taxas de juro, acabou gerando déficits nominais (que incluem todas as receitas e despesas) de mais de 7% do PIB.

É justamente o déficit nominal que provoca o aumento da dívida interna, pois para cobrir o que gasta além do que arrecada, o Governo vende títulos públicos ao mercado financeiro. Quando essa dívida cresce em um ritmo acelerado, leva os investidores internos e externos a desconfiarem da capacidade de pagamento dos governos.

A equipe econômica vem desde 1994 alertando para o problema, mas o Governo foi postergando o ajuste fiscal. A situação chegou a um ponto emergencial, com as crises asiática e russa, deteriorando ainda mais o déficit. O aumento dos juros para defender a moeda levou o déficit público a uma situação insustentável. Para tentar corrigir isso, o Governo decidiu mandar um pacote de ajuste ao Congresso.

— O país sairá tão mais fortalecido desta crise internacional quanto mais rapidamente seja capaz de resolver seu problema fiscal: fazer governos viverem dentro de seus meios. Como diz o presidente Fernando Henrique, nosso futuro está em nossas mãos, como sempre esteve — insistiu Malan.

Como o setor público vem se apropriando da maior parte da poupança doméstica para financiar seu déficit, o setor privado vinha recorrendo cada vez mais à poupança externa. Isso tem levado a um aumento do déficit na conta corrente da balança de pagamentos que passou de menos de 0,5% do PIB, em 94, para mais de 4% do PIB em 97.

A dívida externa bruta total também tem aumentado e pulou para cerca de US\$ 228 bilhões (mais de 28% do PIB) até meados de 1998. ■

COLABORARAM Flávia Oliveira e Roberto Machado, do Rio

se reduzam lentamente até o fim deste ano — afirmou Fischer.

Nas metas do programa de estabilidade de que deu base à negociação do acordo com o FMI, o Governo trabalhou com uma taxa média de 21,8% em 1999.

O professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo, secretário do ministério da Fazenda na gestão de Dilson Funaro, afirma que o acordo com o FMI afasta, a curto prazo, a ameaça de um ataque especulativo contra o país. Mas Belluzzo ressalta que o acordo não resolverá o que chamou de dilemas da economia brasileira:

— O acordo com o FMI evita a tensão sobre as reservas num primeiro momento. Praticamente afasta a possibilidade de uma ataque especulativo.

Belluzzo afirma ainda que os recursos do FMI podem possibilitar a desvalorização organizada do câmbio, o que, diz

ele, já está previsto no acordo com o FMI, que prevê um alargamento da banda cambial:

— O problema do Brasil hoje é a política cambial. O cenário que temos para o ano que vem é inédito e combina recessão com juros cavalares. Já em março ou abril veremos que esta é uma recessão inútil, já que os fundamentos da economia não foram modificados.

A partir da assinatura formal do acor-